

CORREIO POLÍTICO



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Ministra reforçará posição contrária do governo

Gleisi convoca ministros para discutir freio à anistia

A ministra de Relações Institucionais Gleisi Hoffmann se reúne nesta segunda-feira (8) com ministros do governo Lula que integram partidos de centro-direita para discutir estratégias que possam frear o andamento no Congresso Nacional do projeto que dá anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro.

As negociações em torno da proposta avançaram na última semana em resposta ao início do julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal) do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), réu na trama golpista, e envolveram partidos do centrão e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Tarcísio é apontado por políticos desse grupo como o candidato preferencial para enfrentar Lula, e há uma pressão sob Bolsonaro para que ele faça do governador o seu sucessor político. A ideia, de acordo com aliados do ex-presidente, é conseguir avançar com uma proposta de anistia após sua eventual con-

denação e, assim, tirá-lo da prisão, mas mantendo sua inelegibilidade.

O encontro ocorre na manhã desta segunda, no Palácio do Planalto, e deve reunir ministros que foram indicados à Esplanada por partidos de centro e que têm atuação mais próxima às bancadas partidárias no Congresso. Segundo um deles afirmou à reportagem, a ideia é que o encontro sirva para que seja alinhada uma atuação coletiva dos ministros nesse tema e em outras questões de governo no Legislativo.

Um auxiliar de Lula diz ainda que o encontro deverá servir para ser um espaço de coordenação dessa atuação dos ministros, assim como um momento para que eles tragam o sentimento das bancadas. No Planalto, a orientação é de oposição à anistia, e é isso que Gleisi deverá reforçar aos demais ministros, cobrando atuação deles junto aos deputados e senadores de suas respectivas siglas.

São esperados ministros do MDB, PSD, União Brasil, PP e Republicanos.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Hugo Motta avalia pautar o texto para votação

Centrão pressiona Hugo Motta para pautar projeto

Partidos do Centrão encamparam a ideia da anistia e passaram a pressionar o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos) a pautar o projeto. Antes contrário, Motta já deu declarações de que estuda por em pauta o texto, algo que foi interpretado por muitos de que ele estaria menos resistente à ideia.

Já o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), diz que é

a favor da anistia apenas para o 8 de janeiro e não algo mais amplo, como está no texto mais recente elaborado pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), cuja anistia abarca desde os condenados pelo inquérito das fakes news, de 2019.

Integrantes do Planalto vão negociar para que o projeto nem seja cogitado para ser votado na Câmara e vão trabalhar para diminuir a pressão a Hugo Motta em relação ao texto.

Outros temas da reunião

Outros temas que serão debatidos no encontro são aqueles de interesse do governo, como o projeto de lei do Imposto de Renda e a PEC da Segurança Pública.

Além desses, o desembarque dos partidos PP e

União Brasil da base também será tratado. Gleisi disse que ninguém é obrigado a ficar no governo, mas quem quiser, terá que “ter compromisso com o presidente Lula e com as pautas principais que este governo defende”.

STF avança para votação em julgamento de golpe

Com possíveis penas severas, especialistas preveem decisão célere

Por Karoline Cavalcante

A Ação Penal nº 2668, que investiga a tentativa de golpe de Estado envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete réus, entrou em uma fase crucial no Supremo Tribunal Federal (STF). A partir desta terça-feira (9), os ministros da Primeira Turma da Corte começarão a apresentar seus votos, com penas que podem superar 40 anos de prisão, dependendo do papel desempenhado por cada um dos investigados. Especialistas ouvidos pelo Correio da Manhã preveem que a análise será célere.

O processo teve início na última terça-feira (2), com a leitura do relatório do ministro Alexandre de Moraes, responsável pelo caso. A leitura, que durou quase uma hora e meia, detalhou os marcos do processo e as acusações feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Nas três primeiras sessões, também foram realizadas as sustentações orais das defesas dos réus, que negaram qualquer envolvimento em um plano golpista.

A próxima fase será a votação pelos ministros, que acontecerá a partir de terça-feira (9) e seguirá com sessões nos dias 10, 11 e 12 de setembro. O primeiro voto será o do relator, seguido pelas manifestações dos demais ministros.

Próximos passos

De acordo com o advogado e mestre em Direito Penal pela Universidade de Harvard, Bernardo Weaver, o julgamento deverá ocorrer rapidamente. “Os votos provavelmente já estão sendo redigidos, ou estão até mesmo prontos. O próximo passo é a condenação e prisão de Bolsonaro, salvo interferência de atores políticos de fora do Brasil, o que provavelmente



Rosinei Coutinho/STF

Julgamento começará com voto do ministro relator, Alexandre de Moraes

te irá ocorrer”, afirmou Weaver ao Correio da Manhã.

Para a reportagem, o advogado criminalista Antonio Gonçalves explicou que durante a votação, caso algum ministro vote pela absolvição, a defesa já conseguirá interpor recurso com esse embasamento. Além disso, ele explica que o pedido de vista pode ser solicitado em qualquer momento, “mas é improvável durante a fase de proferimento dos votos”. “Se a votação for concluída na próxima semana, haverá a dosimetria da pena, seguida pelo prazo para recurso. Se o recurso não for aceito, a sentença transitará em julgado e a pena será cumprida”, explicou Gonçalves.

Renato Ribeiro de Almeida, doutor em Direito do Estado pela USP e mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, acrescenta que, com base nos prece-

dentos de condenações de réus envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro, as penas para os réus deste processo podem ser igualmente rigorosas. “Se, nesses casos anteriores, as penas superaram os 15 anos, certamente os réus desse processo terão penas iguais ou superiores, na medida de suas participações nos crimes dos quais estão sendo acusados.”, disse.

Em caso de condenação, a defesa dos réus poderá apresentar “embargos de declaração”, que visam corrigir eventuais omissões ou contradições na decisão, mas não alteram o veredito. “Após o julgamento dos embargos, se houver, terá início o cumprimento da pena”, completou Almeida à reportagem.

Julgamento

Os réus desta ação penal são: Jair Bolsonaro, o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, o ex-di-

retor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem, o ex-comandante da Marinha Almir Garnier Santos, o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira, o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno, o ex-ministro da Casa Civil Walter Braga Netto e o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid — que firmou um acordo de colaboração premiada.

Eles são acusados de integrar o “Núcleo Crucial” de uma tentativa de golpe de Estado, que teria começado ainda em 2021 e se intensificado após a derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022. As acusações incluem cinco crimes graves: tentativa de golpe de Estado, organização criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Semana com julgamento no STF, CPMI do INSS e caso Zambelli

Por Gabriela Gallo

Tal como na última semana, o foco desta semana está voltado quase totalmente ao retorno do julgamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) dos oito réus do núcleo um do plano de tentativa de golpe de Estado. O julgamento retorna nesta terça-feira (9), com o voto do ministro-relator do caso, Alexandre de Moraes, seguido dos votos dos demais quatro ministros da Primeira Turma da Corte (Cármen Lúcia, Flávio Dino, Luiz Fux e o presidente do colegiado, Cristiano Zanin). Os julgamentos de terça, quinta-feira (11) e sexta-feira (12) serão realizadas em duas sessões: das 9h até 12h e outra das 14h até 19h. Também haverá julgamento nesta quarta-feira (10), porém somente no período da manhã.

Inicialmente, não estava previsto julgamento nesta quinta-feira. Porém, na última sexta-feira (5) Alexandre de Moraes solicitou mais uma sessão extraordinária para o julgamento dos réus do núcleo crucial na trama golpista, afim de garantir que todo o processo do núcleo um fosse finalizado nesta semana. O pedido foi acatado pelo presidente do colegiado, ministro Cristiano Zanin, no mesmo dia.

CPMI INSS

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)



Lula Marques/Agência Brasil

CPMI do INSS ouvirá ex-ministro a Previdência, Carlos Lupi

que investiga os descontos indevidos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ouvirá nesta semana os depoimentos do ex-ministro da Previdência Social Carlos Lupi (PDT), que atuou no cargo de 2023 a maio de 2025. A sessão está agendada para esta segunda-feira (8), a partir das 16h.

O convite ao ex-ministro foi proposto pelo relator da comissão parlamentar mista, deputado federal Alfredo Gaspar (União-AL). Os membros da comissão aprovaram anteriormente requerimentos que confirmam a convocação dos ex-ministros da Previdência

Carlos Eduardo Gabas (que atuou de 2010 a 2011 e em 2015) e José Carlos Oliveira (ministro em 2022). Além disso, segue a expectativa para convocação de todos os ex-presidentes do INSS desde 2015 para depor na comissão.

Segundo o parlamentar, o ex-ministro “detém informações imprescindíveis” para esclarecer quais medidas foram adotadas para evitar o desconto ilegal nos benefícios de aposentados.

A CPI está no começo, mas ouviu depoimentos relevantes. Na última semana, os membros ouviram as informações da diretora de Previdência e

Benefícios da Controladoria-Geral da União (CGU), Eliane Mota. De acordo com ela, uma auditoria identificou alta de reclamações e que comunicou irregularidades à Polícia Federal (PF), desencadeando a operação “Sem Desconto” da PF que escancarou os esquemas dos desvios de recursos.

Também na última semana a CPMI ouviu o advogado Eli Cohen que declarou que a investigação das fraudes no INSS nasceu de uma pesquisa que ele fez em seu escritório de advocacia, em São Paulo. Na sessão, Cohen evidenciou um suposto grupo de pessoas envolvidas no esquema dos descontos, todas citadas no relatório da Polícia Federal. Com isso, após a sessão, os membros da comissão solicitaram ao STF a prisão preventiva de 21 pessoas, dentre elas, Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”.

Zambelli

Nesta quarta-feira (10) está agendada a oitiva de testemunha do hacker Walter Delgatti Neto, conhecido como “hacker de Araraquara”, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, agendado para as 10h. Com ele, se dará início aos primeiros depoimentos de testemunhas na análise do processo de cassação da deputada licenciada Carla Zambelli (PL-SP), que está presa na Itália.